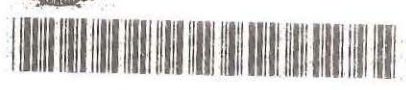


JUCESP
20 12 14



JUCESP PROTOCOLO
2.221.210/14-1



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM
SOCIEDADE ANÔNIMA**

2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

NIRE 35.220.953.961
CNPJ/MF nº 08.390.006/0001-24

Pelo presente instrumento particular:

A. RENATO CARNEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 13.215.611-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 134.878.908-52, residente e domiciliado na Rua Campo Grande, nº. 230, Vila Leopoldina, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05302-050; e

B. PEDRO MARIANO BÍCEGO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.841.923-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 128.172.848-95, residente e domiciliado na Rua Baru, nº. 41, Jardim Petrópolis, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 04639-030;

únicos sócios da **2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, sociedade empresária limitada inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.390.006/0001-24, NIRE 35.220.953.961, com sede na Rua Arizona, nº. 1366, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04567-003, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.220.953.961, e 7ª e última Alteração do Contrato Social arquivada na JUCESP sob o nº. 218.731/14-0, em sessão de 06.06.14 ("Sociedade"), resolvem ALTERAR o Contrato Social da Sociedade, e, em seguida, TRANSFORMAR a Sociedade em sociedade anônima, conforme condições a seguir:

I. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

I.1. Decidem os sócios aumentar o capital social da Sociedade, atualmente, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), para R\$ 694.848,00 (seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais), um aumento, portanto, no valor de R\$ 459.848,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais), mediante a criação de 459.848 (quatrocentas e cinquenta e nove mil oitocentas e quarenta e oito) quotas, de

Handwritten signatures and initials in blue ink.

JUCESP
20 10 14

valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios, na proporção de suas participações societárias, mediante a capitalização de recursos aportados em 05 de agosto de 2014, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 459.848,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais), conforme se verifica no Balanço Patrimonial da Sociedade, datado de 31 de outubro de 2014.

I.2. Diante do aumento de capital social, ora aprovado, fica alterada a Cláusula Quinta, do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA 5ª. O capital social é de R\$ 694.848,00 (seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 694.848 (seiscentas e noventa e quatro mil oitocentas e quarenta e oito) quotas, de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), assim distribuídas entre os sócios:

| Quotistas | Quotas | Valor |
|----------------------|----------------|-------------------|
| RENATO CARNEIRO | 347.424 | 347.424,00 |
| PEDRO MARIANO BÍCEGO | 347.424 | 347.424,00 |
| TOTAL | 694.848 | 694.848,00 |

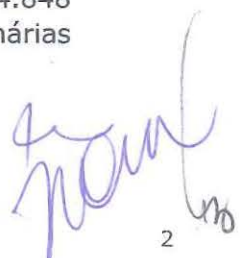
Parágrafo 1º. A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º. As quotas sociais são indivisíveis perante a Sociedade.

Parágrafo 3º. Cada quota corresponde a um voto nas deliberações sociais, respeitados os quóruns específicos fixados neste contrato."

II. TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÔNIMA

II.1. Decidem os sócios transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, com a renúncia pelos sócios da Sociedade ao direito de retirada previsto no Artigo 1.114 do Código Civil. Em decorrência da transformação da Sociedade, os sócios aprovaram (i) que cada quota, de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), em que se divide o capital social da Sociedade, o qual se encontra na presente data totalmente subscrito e integralizado, será convertida em 1 (uma) ação ordinária nominativas, sem valor nominal, de modo que o capital social da Sociedade, que era dividido em 694.848 (seiscentas e noventa e quatro mil oitocentas e quarenta e oito) quotas no montante total de R\$ 694.848,00 (seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais), passará a ser dividido em 694.848 (seiscentas e noventa e quatro mil oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias


2

DUCESP
20 12 14

nominativas, sem valor nominal, sendo distribuídas entre os agora acionistas na mesma proporção em que participavam do capital social da Sociedade, conforme boletins de subscrição nºs 01/2014, 02/2014 anexos e conforme registrado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Sociedade e demonstrado abaixo:

(a) **RENATO CARNEIRO**, acima qualificado, passa a ser detentor de 347.424 (trezentas e quarenta e sete mil quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas; e

(b) **PEDRO MARIANO BÍCEGO**, acima qualificado, passa a ser detentor de 347.424 (trezentas e quarenta e sete mil quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

II.2. Tendo em vista a transformação da Sociedade, em sociedade anônima, resta alterada sua razão social para 2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

II.3. Foram eleitas por unanimidade as seguintes pessoas físicas para ocuparem os cargos de Diretores da Sociedade, com mandato de 3 (três) anos até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017: **Renato Carneiro**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 13.215.611-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 134.878.908-52, residente e domiciliado na Rua Campo Grande, nº. 230, Vila Leopoldina, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05302-050; e **Pedro Mariano Bícego**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.841.923-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 128.172.848-95, residente e domiciliado na Rua Baru, nº. 41, Jardim Petrópolis, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 04639-030, para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, respectivamente. São neste ato investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. Os Diretores, presentes neste ato, declaram, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, e que não se acham incursos em quaisquer das hipóteses previstas por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. A remuneração dos Diretores será definida oportunamente, por meio de deliberação dos acionistas.

II.4. O Estatuto Social da Sociedade aprovado neste ato contempla as deliberações tomadas pelos acionistas, e passa a vigorar, a partir desta data com a seguinte redação:



3

**"ESTATUTO SOCIAL
DA
2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.**

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Art. 1º - Sob a denominação de **2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.**, fica instituída a presente sociedade anônima, nos termos deste Estatuto e da Lei 6.404/76

Art. 2º. – A Sociedade tem sede na Rua Arizona, nº. 1366, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04567-003, e filial na Rua Samuel Meira Brasil, nº 394, Serra Park Logístico, Conjunto C-4, sala 4, bairro Taquara II – CEP 29167-650, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, a qual será regida pelo capital da matriz.

Art. 3º - A Sociedade poderá abrir, manter e extinguir estabelecimentos, filiais, sucursais, agências, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade no Território Nacional ou do exterior, atendidas as formalidades da Lei vigente.

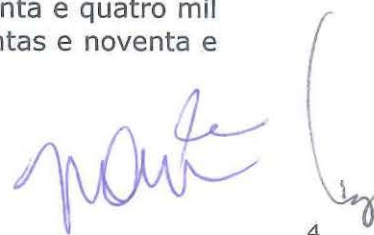
Art. 4º - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

Art. 5º - A Sociedade tem como objetivo: (i) elaboração de programas de computadores (software), inclusive de jogos eletrônicos; (ii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição; (iii) assessoria e consultoria em informática; (iv) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; (v) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza; (vi) representação de qualquer natureza, inclusive comercial; (vii) comércio de computadores, sistemas de processamento de dados e de informações, equipamentos e produtos eletrônicos em geral, hardwares, softwares e outros suprimentos para informática; (viii) locação de máquinas e equipamentos; (ix) importação e exportação de serviços e licença de uso; (x) prestação de serviços de assistência técnica; (xi) participar de outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único: A filial situada à Rua Samuel Meira Brasil, nº 394, Serra Park Logístico, Conjunto C-4, sala 4, bairro Taquara II – CEP 29167-650, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, terá por objeto social a atividade de comércio, importação e exportação de: computadores, equipamentos de informática (*hardwares*) e produtos eletro-eletrônicos em geral, bem como quaisquer outros suprimentos para informática.

CAPÍTULO II – Do Capital Social

Art. 6º - O capital social é de R\$ 694.848,00 (seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 694.848 (seiscentas e noventa e



QUOTAP
20 12 14

quatro mil oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Art. 7º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Art. 8º - As ações são indivisíveis em relação ao Capital Social.

CAPÍTULO III – Da Administração

Art. 9º - A Administração da Sociedade caberá à Diretoria, que tem poderes para decidir sobre todos os negócios e atos da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes, exceto as matérias que por lei ou este Estatuto Social sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e os demais sem designação específica, residentes ou não no país, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo: O prazo de mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

Parágrafo Terceiro Ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria não haverá substituição, ficando o cargo vago até que o membro impedido ou ausente retorne às suas funções.

Parágrafo Quarto: O empregado da Sociedade eleito para ocupar o cargo de Diretor terá o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço do período que tiver ocupado o cargo de Diretor, por trata-se de Diretor não empregado.

Parágrafo Quinto: O Diretor eleito em Assembleia Geral que não for empregado da Sociedade também será Diretor não empregado.

Art. 10º - A investidura de cada Diretor far-se-á mediante assinatura do termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, ficando desde já dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Sua remuneração, a título de *pro-labore*, será definida pela Assembléia Geral, e tais retiradas mensais serão levadas à conta de despesas gerais da Sociedade, observada a legislação aplicável.

Art. 11º - Compete aos Diretores Presidente e Administrativo Financeiro, isoladamente:

(a) Dirigir e fiscalizar os negócios internos da Sociedade;



- DUEBSP
20 12 14
- (b) Fixar as normas operacionais de trabalho;
 - (c) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
 - (d) Administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação, por qualquer outra forma, de bens móveis e imóveis da sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições;
 - (e) Nomear auditores;
 - (f) Assinar quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive escrituras, título de dívidas, cambiais, cheques, ordens de pagamentos e outros;
 - (g) Vender, transferir, alienar ou onerar por qualquer modo participações societárias ou investimentos da sociedade, exceto os investimentos obrigatórios decorrentes da utilização de incentivos fiscais, seja qual for o valor;
 - (h) A tomada de empréstimos ou financiamentos, com ou sem garantia hipotecária, seja qual for o valor envolvido;
 - (i) Realizar qualquer operação ou contrato envolvendo locação, arrendamento mercantil, licenciamento de marcas e ou patentes, representação comercial, prestação de serviços pela ou em favor da sociedade;
 - (j) Outorgar procurações em nome da sociedade, sendo necessário especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão o período de validade limitada de um ano;
 - (k) Realizar investimentos ou participar em sociedades de qualquer tipo, empreendimentos ou associações, bem como consórcios;
 - (l) Contratar e demitir pessoal da administração e funcionários de modo geral, inclusive, fixando os vencimentos para cada função;
 - (m) Solicitar reuniões da Diretoria;
 - (n) Convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
 - (o) Contratar estudo de viabilidade econômica e financeira e aprovar ou rejeitar sua aprovação;
 - (p) Decidir pela abertura ou fechamento das filiais, agências ou escritórios;
 - (q) Adquirir ações de emissão da própria sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em Tesouraria e posterior alienação; e
 - (r) Assumir toda e qualquer obrigação em nome da Sociedade.

Parágrafo Único. Aos demais Diretores compete auxiliar aos Diretores Presidente e Administrativo Financeiro na fiscalização dos negócios internos da Sociedade e ainda, sugerir aos Diretores Presidente e Administrativo Financeiro as normas operacionais de trabalho.

Art. 12º - A Sociedade será representada pelos Diretores Presidente e Administrativo e Financeiro, mediante assinatura isolada de qualquer desses.



JUCESP
23 12 14

Parágrafo Primeiro: Os atos estranhos à Sociedade ou ao seu objeto social são nulos de pleno direito, não obrigando a Sociedade.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios administradores, gerentes, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Art. 13º - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente ou de outro Diretor, com a presença da maioria simples de seus membros:

- (a) Ordinariamente, entre os dias 15 e 20 de cada mês, a fim de examinar o resultado dos negócios sociais concluídos e os principais fatos ocorridos no mês anterior, sobre eles deliberando, e uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses que se seguirem ao término do exercício social, para elaborar o relatório que deverá ser apresentado em Assembleia Geral;
- (b) Extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

CAPÍTULO IV – Da Cessão e Transferência de Ações

Art. 14º - O Acionista que desejar ceder, transferir, alienar ou doar suas ações, poderá fazê-lo, desde que negocie em uma única oportunidade a totalidade das respectivas ações, das quais é detentor e legítimo proprietário e ainda mediante a aprovação expressa dos demais acionistas.

Parágrafo Primeiro: O acionista que pretender retirar-se da sociedade terá que primeiramente oferecer suas ações aos outros acionistas remanescentes e o pagamento do respectivo valor ao acionista retirante poderá ser efetuado, a critério do acionista adquirente, em imóveis ou dinheiro, podendo ser efetuado parte em imóveis e parte em dinheiro e em até 24 (vinte e quatro) vezes. Caso não haja interesse de qualquer acionista pela aquisição das ações, apenas poderá o acionista retirar-se da sociedade, mediante redução do capital social, sendo vedada a negociação de suas ações com terceiros, salvo se houver prévia anuência dos acionistas remanescentes, devendo o pagamento do acionista retirante ser realizado, a critério da sociedade, em imóveis ou dinheiro, podendo ser efetuado parte em imóveis e parte em dinheiro e em 24 (vinte e quatro) vezes, sempre de acordo com as possibilidades da sociedade, com o objetivo de sempre fortalecer a sociedade, que terá preferência dentre os interesses pessoais dos acionistas.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá adquirir de seus acionistas quando de seu interesse ações de sua emissão em qualquer quantidade, tanto para cancelamento, quanto para permanência em Tesouraria e posterior alienação.


7

JUCESP
23 12 14

Parágrafo Terceiro: Será nula e não produzirá efeitos em relação a Sociedade, a cessão, transferência alienação ou doação de ações, feita em desacordo com as formalidades estipuladas neste artigo.

CAPÍTULO V – Do Conselho Fiscal

Art. 15º - A Sociedade poderá ter um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, e funcionará tão somente nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, na forma do Artigos 161 e seguintes da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal tem as atribuições e poderes que lhe o Art. 163 da Lei 6.404/76 e a remuneração de seus membros será fixada pela Assembleia que os elegeu respeitando o limite legal.

CAPÍTULO VI – Das Assembleias Gerais

Art. 16º - A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a deliberação dos acionistas.

Art. 17º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores, na forma da Lei.

Art. 18º - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, o qual convidará um dos presentes para, como Secretário, completar a Mesa dos trabalhos.

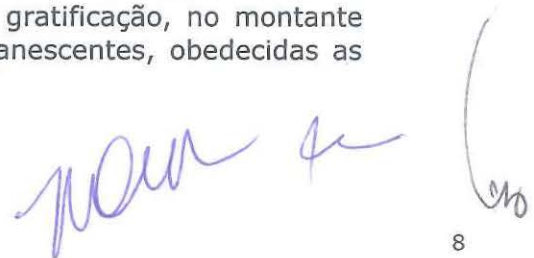
Art. 19º - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em Lei, não se computando os votos em branco, e versarão exclusivamente sobre matéria constata nos editais de convocação.

CAPÍTULO – VII- Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Distribuição

Art. 20º - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes. A Sociedade poderá levantar também balanços intermediários.

Art. 21º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a previsão para o imposto de renda.

Art. 22º - Feitas as deduções referidas no artigo 20º, serão destacadas as participações dos diretores da Sociedade a título de gratificação, no montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, obedecidas as



DIÁRIO
23 12 14

disposições legais (Lei 6.404/76 - Parágrafo Primeiro do artigo 152), os quais destinar-se-ão aos diretores da Sociedade. Excluir-se-ão desta gratificação todos os demais empregados da Sociedade, abrangidos pelo programa de participação no lucro ou resultado disposto na Lei nº 10.101/00, vigente no exercício social.

Art. 23º - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os artigos anteriores, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976:

- I. 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos serão alocados para a Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- II. serão distribuídos aos acionistas em cada exercício como dividendo mínimo obrigatório, na proporção de suas respectivas participações detidas no capital social da Companhia, 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos da Companhia; e
- III. o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia será alocado conforme for decidido pelos acionistas em Assembleia Geral, observando-se o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Único: A Diretoria poderá levantar balanços trimestrais, ou em períodos menores, e declarar dividendos intermediários ou intercalares a conta de reserva de lucros ou lucros acumulados, ou pagar juros sobre capital próprio, respeitando as regras e limites impostos pela legislação aplicável.

Art. 24º - A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório previsto no artigo 23 ou a retenção de todo o lucro.

Art. 25º - O saldo que eventualmente remanescer terá a destinação que for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO VII - Das Disposições Finais

Art. 26º - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a sua instalação, que funcionarão no período de liquidação.

Art. 27º - Os Assuntos não previstos neste Estatuto obedecerão às normas, leis e regulamentos vigentes."

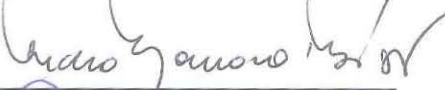
pe
nam

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social e Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima)

São Paulo, 16 de novembro de 2014

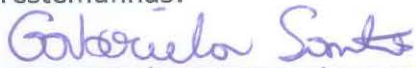


Renato Carneiro



Pedro Mariano Bicego

Testemunhas:



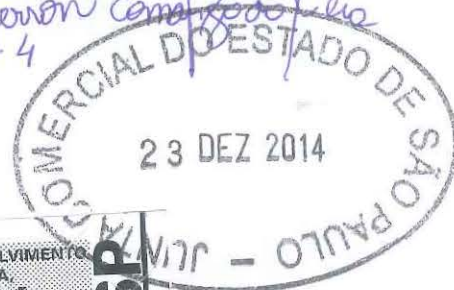
Nome: Gabriela dos Santos
RG: 32.624.590-2 SP/SP



Milena Coimbra Mazzini
OAB/SP 195.426
Advogado



Nome: Flávia Regina Britto
RG: 44.146.000-4





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP



DECLARAÇÃO

Eu, PEDRO MARIANO BÍCEGO, portador da Cédula de Identidade nº 158419236, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 128.172.848-95, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa 2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS S.A., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Arizona, 1366, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, São Paulo, São Paulo, CEP 04567-003, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

PEDRO MARIANO BÍCEGO

RG: 158419236

2S INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.